

**“Gay friendly pra quem?” Problematizando relações
entre reprodução ideológica e produção de violência
no turismo LGBT**

***“Gay friendly for whom?” Problematizing relations between
ideological reproduction and the production of violence in
LGBT tourism***

Maicon Gularte Moreira

Doutorando em Turismo e Hospitalidade na Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil

E-mail: maicongmoreira@gmail.com

Dianine Censon

Professora substituta de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico, no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, e no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, no Instituto Federal de Tocantins – IFTO, Palmas/TO, Brasil

E-mail: dianinecenson@gmail.com

Luciene Jung de Campos

Professora do Centro de Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – PPGTURH/UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil

E-mail: ljungdecampos@gmail.com

Artigo recebido em: 05-10-2021

Artigo aprovado em: 12-10-2022

RESUMO

O turismo tem defendido a segmentação LGBT não apenas como alternativa econômica, mas também de inclusão. A existência de contradições que evidenciam a subversão dessa ética nos levou ao documentário “Depois do Fervo” (Faisting, 2017), que problematiza a cidade de Florianópolis/SC - Brasil como um destino turístico *gay friendly*. Pela análise de seus efeitos de sentido, orientados pela Análise do Discurso de Michel Pêcheux, questionamos se seria possível problematizar relações entre reprodução ideológica e produção de violência no/pelo turismo. A partir de nossas análises, consideramos contingente repensar as práticas de turismo LGBT, buscando romper com as estruturas de reprodução ideológicas dominantes e de produção de violência contra a população LGBT. Também, que políticas públicas voltadas ao turismo LGBT devem ser pensadas com a consideração das demais políticas necessárias à garantia dos direitos LGBT. Por fim, propomos a construção de uma agenda de políticas públicas em que esses processos sejam mutuamente considerados entre si.

Palavras-chave: Turismo LGBT. Ideologia. Violência. Políticas Públicas. Análise do Discurso.

ABSTRACT

Tourism activity has been defending the LGBT segmentation not only as an economical alternative but also as inclusion. The existence of contradictions evidencing the subversion of this ethics led us to the documentary “Depois do Fervo” (Faisting, 2017), which problematizes the city of Florianópolis/SC - Brazil as a gay friendly touristic destination. By the analysis of its meaning of effects, supported by Michel Pêcheux Discourse Analysis, we asked if it would be possible to problematize the relation between ideological reproduction and violence production in/by the tourism. Our analysis considers contingent to rethink the LGBT tourism practices, looking to disrupt the dominant ideological reproduction and violence production structures against the LGBT population. We also consider that LGBT tourism public policies should be designed by considering the other emergent policies needed for LGBT rights. Lastly, we suggest the construction of a public policy agenda where these processes could be mutually considerate.

Keywords: LGBT Tourism. Ideology. Violence. Public Policies. Discourse Analysis.

1. PROPOSIÇÃO INICIAL DE UM PROBLEMA

Abertamente homofóbico, o governo brasileiro suprimiu, por meio de decreto que instituiu o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de maio de 2019 (Brasil, 2019a), todas as referências à população LGBT do documento. No texto original, elaborado durante o governo anterior, a população LGBT era considerada como um segmento estratégico prioritário à atividade turística do país e havia a previsão de promoção da “incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado interno” (Brasil, 2018, p. 127), com a inclusão dos turistas LGBT.

Considerado um importante setor econômico, o turismo gera um em cada dez empregos no mundo, representando 10% do PIB mundial, com cerca de 1,7 trilhões de dólares movimentados (UNWTO, 2019). Nesse cenário estatístico aparentemente bem-sucedido, além dos aspectos econômicos, o turismo também é visto como uma atividade capaz de viabilizar a preservação cultural, proteção ambiental, promoção da paz e segurança, entre outros benefícios socioculturais (UNWTO, 2019). Isso se relaciona, sobretudo, com alguns dos preceitos destacados pelo Código Mundial de Ética do Turismo, como o respeito e tolerância à diversidade, a promoção dos Direitos Humanos, o combate à exploração humana e o compartilhamento de seus benefícios econômicos, sociais e culturais com as comunidades locais (UNWTO, 1999, pp. 5-8). Contudo, ao longo das últimas décadas, tornou-se comum ao dia a dia daqueles que se dedicam ao estudo do Turismo o conflito existente entre seu tratamento como atividade promotora de desenvolvimento sustentável (UNWTO; 1999; 2017) e a problematização das práticas turísticas que evidenciam a sobreposição dessa ética (Santos Filho, 2005; Ouriques, 2015; Martoni, 2019).

Apesar dos esforços em torno de um desenvolvimento turístico mais ético, não são raros os casos de conflitos socioculturais, disputas econômicas e impactos ambientais que têm ocorrido em razão do modo de realização cada vez mais massificado e irresponsável do turismo ao redor do mundo, *modus operandi* característico do capitalismo contemporâneo. Basta a realização de uma rápida pesquisa na plataforma Google para constatar casos de especulação imobiliária e gentrificação (Hunt, 2018), postos de trabalho precários (Riaño, 2019), sobrecarga de ambientes naturais com alto risco de acidentes (Mueren... 2019), protestos contra turistas (Castro, 2019), disputas por ocupação do território entre empresários e população (Fellet, 2019), entre tantos outros conflitos nos últimos anos ao redor do mundo e cujo tratamento tem sido feito através de jargões como Turismofobia, *Overtourism* etc. Esses casos podem ser considerados como pequenos indícios, falhas, contradições de um campo que

se dispõe ao desenvolvimento sustentável, mas que, ao contrário, acaba desdobrando-se na forma de práticas que lhe escapam. Questionamos, assim, se esse panorama positivo em torno do turismo não nos faz supor, aprioristicamente, a interpretação de suas práticas como imunes às contradições inerentes aos processos de produção e reprodução do modo de produção capitalista.

No Brasil, tais contradições também podem ser pensadas através das práticas acadêmicas e do mercado de turismo voltadas às pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Em trabalho anterior¹, mostramos que grande parte das produções acadêmicas na área do Turismo LGBT o tratam como um segmento de mercado orientado pela demanda, ou seja, pela projeção de um perfil econômico e comportamental de consumo dos sujeitos LGBT que viajam (Angeli, 1999; Oliveira, 2002; Avena, & Rossetti, 2004; Trevisan, 2006; Dias, Oliveira, Lucian, Barbosa, & Kovacs, 2009; Sanches, Mancini, & Nascimento, 2011). Muitos desses trabalhos supõem que esse segmento possui um retorno financeiro superior a outros segmentos; uma faixa de renda acima da média brasileira; uma formação escolar e profissional mais avançada; que a maioria da população LGBT não é casada e não possui filhos, caracterizando-os como casais DINK (do inglês *Double Income No Kids* – dupla renda sem filhos), e, portanto, com maior renda e tempo disponíveis. Existem também as referências desatualizadas em relação às teorias de gênero e de sexualidade como, por exemplo, que “o Brasil não é um país homófobos” (Avena, & Rossetti, 2004, p. 14), homossexualidade como uma “espécie” biológica (Chiochetta, & Avena, 2006, p. 17) e, ainda, identidade de gênero e orientação sexual como sinônimos (Oliveira, 2016). Em menor número, ocorrem, ainda, aquelas referências que buscam superar a perspectiva mercadológica de tratamento dessa população no turismo, sem deixar de reconhecer essa questão, ou abordar a sexualidade de modo mais amplo, não necessariamente restringindo-se à experiência LGBT (Trigo, 2009; Lanzarini, 2013; Moreira, & Hallal, 2017).

Sobre as práticas do mercado de Turismo LGBT problematizamos, na pesquisa mencionada anteriormente, a segmentação com base na análise dos mecanismos de interpelação desses sujeitos como turistas. Na ocasião, questionamos o modo como se dava a oferta de produtos pelo mercado turístico às pessoas LGBT, frequentemente produzidas com apelo à prática sexual, homogeneização de suas múltiplas diversidades ou apagamento de suas demandas por direitos. Tais questões também são abordadas por outros trabalhos em

¹ Citaremos neste trabalho apenas algumas referências para apresentar os achados deste trabalho de revisão maior.

diferentes países (Coon, 2012; Hartal, & Sasson-Levy, 2018; Hattingh, & Spencer, 2020). Não se trata, contudo, de negar a importância do turismo na afirmação dessas distintas formas de sexualidade e de identidades de gênero, mas de expor um mecanismo ideológico de controle dos sujeitos LGBT através de sua interpelação como turistas (Moreira, & Campos, 2019). A esse respeito, a questão que se coloca a nós é: como refletir sobre possibilidades de transformação das práticas do turismo voltadas à população LGBT?

Buscando uma aproximação a essa questão, tomamos como campo de estudo uma das cidades brasileiras destaque no mercado do turismo LGBT, Florianópolis/SC, que, inclusive, sediou o 29th International Gay and Lesbian Travel Association Annual Global Convention no ano de 2012, a primeira edição na América do Sul (UNWTO, 2012). Considerando esse campo, propomos como objeto de análise o documentário “Depois do fervo”² (Faisting, 2017), que circulou em distintas mostras culturais no Brasil e está disponível para acesso livre na *Internet*. O documentário problematiza a cidade de Florianópolis/SC como um destino turístico *gay friendly*³ a partir de relatos de LGBT residentes. Esses relatos expõem outra perspectiva sobre as possibilidades de existência LGBT, promovendo um deslizamento sobre a imagem de uma *Ilha da Magia* (sic)⁴ nem tão mágica assim. Observamos que raramente são levadas em consideração as condições de existência da população LGBT de um destino turístico quando da discussão sobre práticas de turismo LGBT. Logo, no documentário, são colocadas em evidência as contradições inerentes ao jogo de forças entre múltiplas demandas: as dos sujeitos LGBT residentes, as dos LGBT turistas e as institucionais públicas e privadas.

Assim, é na articulação entre as contradições inerentes ao processo de produção do turismo, as reflexões oriundas de trabalho anterior e as inquietações produzidas pelo objeto, que propomos este trabalho. Ou seja, a análise proposta é particularizada pelas questões que colocamos, a partir das posições que ocupamos, e a teoria conduz essa relação (Orlandi, 2010). Isso nos conduz a pensar não apenas no recorte do turismo LGBT, mas sobre as consequências éticas, estéticas e políticas envolvidas nos processos de segmentação turística de outros grupos marginalizados, bem como sobre o próprio processo de produção de

² Segundo o Dicionário Michaelis Online (2019), fervo refere-se a uma expressão regional do Rio Grande do Sul, cujo significado pode ser entendido como “conflito ruidoso, confusão, desordem” (n.p.). No entanto, na gíria popular LGBT, fervo refere-se a um local onde pessoas se encontram para fazer uma festa e/ou à própria festa em si, retomando o significado do dicionário.

³ Expressão utilizada para caracterizar destinos turísticos e empresas abertamente receptivas e acolhedoras da diversidade sexual e de gênero (Oliveira, 2002).

⁴ Expressão pela qual é conhecida popularmente a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil. (Governo do Estado de Santa Catarina, 2020, n.p.).

conhecimentos no turismo a respeito disso. Deste modo, interrogamos se *seria possível problematizar relações entre reprodução ideológica e produção de violência no/pelo turismo, pela análise dos efeitos de sentidos produzidos a partir do documentário “Depois do Fervo”?*

As reflexões que seguem foram subsidiadas teoricamente pelo dispositivo da Análise do Discurso (AD), proposto pelo filósofo francês Michel Pêcheux, e, sobretudo, em função da possibilidade de tomada de posição a partir dele. A Análise do Discurso pecheutiana articula, na elaboração de seu dispositivo teórico-metodológico de análise, três campos teóricos: a Linguística, a partir do corte saussuriano, tomando a língua como materialidade significativa e passível de equívocos; o Materialismo Histórico althusseriano, como teoria das ideologias e dos processos de interpelação/identificação dos sujeitos, sempre contraditórios; e, a Psicanálise lacaniana, a partir de sua releitura sobre a elaboração do inconsciente freudiano e os processos de articulação do desejo na linguagem.

Nessa linha de Análise do Discurso, o analista é responsável pela construção do seu próprio dispositivo, orientado pelos pressupostos teóricos e metodológicos que servem como suporte, mas não restritos a ele. A análise inicia ao mesmo tempo em que o processo de definição do *corpus*, diante das especificidades características do objeto de análise, do objetivo e do próprio percurso do analista. A teoria conduz “a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação” (Orlandi, 2010, p. 64). Logo, as decisões tomadas no percurso deste trabalho não possuem um critério positivo e exato para acontecerem, mas partem da aceitação do que é possível ser estabelecido entre aquilo que nos constitui e o efeito produzido pelo objeto sobre essa constituição. A Análise do Discurso, portanto, não se trata de um recurso metodológico neste trabalho, mas o suporte epistemológico e teórico de nossas problematizações. O objetivo deste texto é refletir sobre possíveis relações entre a reprodução ideológica e a produção de violência no/pelo turismo LGBT, por meio da análise do documentário “Depois do Fervo” (Faisting, 2017).

2. “AH! EU SOU FLORIPA!”: INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA E O EFEITO DE RECONHECIMENTO

Iniciamos orientados pelo filme “Depois do Fervo” (Faisting, 2017), com cenas da cidade de Florianópolis/SC que destacam seus pontos turísticos. Nas cenas iniciais, é mostrado um letreiro com o dizer “SOU BEM FLORIPA”. A imagem se aproxima do letreiro até que seja possível visualizar um casal *gay* através da letra “O”, de “FLORIPA”, deitado sobre a grama e em momento de demonstração afetiva. O casal *gay* pode representar, num

primeiro momento, a recepção da temática do documentário posto que, na sequência, ouve-se muitas vozes que cantam, em ritmo de samba de Carnaval, a frase “Ah! Eu sou Floripa!”, seguido por imagens de pessoas LGBT celebrando.

Apreende-se, logo, quais sujeitos serão abordados pelo filme: os sujeitos LGBT que são de Florianópolis, pertencem à cidade e falam desde uma perspectiva interior, em oposição aqueles que não são *Floripa*. Para além da evidência da literalidade do texto, podemos interpretar que sujeitos e cidade se constituem mutuamente ou, como diz Orlandi (2011), “o corpo dos sujeitos está atado ao corpo da cidade e estes são significados por essa ligação” (p. 695). Logo, é evidente, quando dizem “eu sou Floripa”, que se sentem como parte da cidade. O advérbio “BEM” do letreiro indica, inclusive, a intensidade dessa relação, nos fazendo pensar que nada mais substantivo de *Floripa* do que a cena em questão.

A discursivização da cena inicial do filme produz, assim, provocações em seu funcionamento significativa. Há uma relação imediata de identificação entre sujeitos e cidade, na medida em que esses sujeitos se confundem com ela, entremeados por um postal em forma de letreiro. Este nos indica a existência de sujeitos que para além de *serem Floripa*, o são de forma intensa. Existem sujeitos, portanto, que são *Floripa*, outros que são *bem Floripa* e os que não o são. O jogo de cena, todavia, pode nos conduzir para um outro viés. O casal *gay* como o furo/equívoco da materialidade significativa de *Floripa*. A possibilidade de saber aquilo que é *bem Floripa* com um olhar mais de perto, nos entremeios do letreiro. É preciso olhar o equívoco nos postais para conhecer aquilo que é *bem Floripa*.

Tais observações nos levam a pensar na necessidade de problematizar as determinações que implicam os diferentes lugares que ocupam sujeitos na estrutura de uma formação social⁵, mais especificamente, os lugares ocupados por sujeitos LGBT na estrutura da formação social capitalista da cidade. Problematizar o motivo pelo qual, por exemplo, é evidente para esses sujeitos o sentido daquilo que dizem quando gritam “eu sou Floripa” e o que isso diz do lugar que ocupam enquanto sujeitos que se entrecruzam com a cidade e ao mesmo tempo funcionam como seu equívoco. Se quisermos, assim, situar nossa reflexão para além do efeito de evidência, necessitamos teorizar sobre “de que modo todos os indivíduos

⁵ Por formação social tomamos aquilo que propõe Althusser (1999) como “toda ‘sociedade concreta’ historicamente existente, e que é individualizada [...] pelo modo de produção que [a] domina” (p. 42). Quando nos referimos, portanto, à formação social, nos referimos sempre à formação social individualizada pelo modo de produção capitalista, que é dominante mas não corresponde à totalidade dos modos de produção possíveis e existentes na formação social e, por esse motivo, compreende também as “tendências contraditórias que se enfrentam nela, e se traduzem através de sua história (suas transformações reais observáveis, na economia, política e ideologia)”. (Althusser, 1999, p. 43).

recebem como evidente o sentido do que ouvem, do que dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto sujeitos-falantes” (Pêcheux, 1975/2014, p. 144).

A problematização, por isso, não pode ser produzida sem a consideração do conceito de ideologia, em sua forma e em sua função, bem como da noção de sujeito como um efeito dessa estrutura e não a sua origem, de tal modo que dizem ser *Floripa* e não outra coisa. Convocamos a Análise do Discurso pecheutiana uma vez que a noção de discurso com a qual trabalha difere da de mensagem/fala, mas como um “efeito de sentidos’ entre [...] lugares determinados na estrutura de uma formação social” e que são “representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (Pêcheux, 1969/2014, p. 81). Discurso não pode ser considerado, portanto, a “expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (Pêcheux, 1975/2014, p. 82), presos à evidência de sujeito como origem daquilo que diz e à evidência de sentido como o único possível.

Nesse dispositivo teórico, o sujeito do discurso é interpelado pela ideologia para que a língua faça sentido, para que possa dizer e ser dito, não havendo discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia (Pêcheux, 1975/2014). O deslocamento da noção de indivíduo para a de sujeito, constituído na relação com o simbólico através da história, será, portanto, a contribuição da Psicanálise, uma vez que esse sujeito afetado pelo real da história e da língua não possui “controle sobre os modos como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (Orlandi, 2010, p. 20). E, se consideramos a contribuição de Althusser (2003), quando afirma que “só há prática através de e sobre uma ideologia” (p. 93), nos deparamos com a contingência de refletir a partir do suposto de que os indivíduos são desde sempre interpelados como sujeitos.

Ao nascermos, nossas relações socioculturais, nossos sistemas simbólicos, valores etc., já estão dadas em consequência de um certo estágio de desenvolvimento histórico e de um modo de produção dominante. Antes de nosso nascimento, um conjunto de normas e sentidos já condicionam a forma e a função do lugar que iremos ocupar nessa estrutura. Por exemplo, o fato de que ao saber sobre o sexo biológico de um bebê em gestação, sua família imediatamente produz relações de sentido sobre as cores de suas roupas, suas formas de nomeação, os brinquedos com os quais poderá brincar etc. Tudo isso impõe ao bebê um conjunto de papéis previamente definidos em nossa sociedade em função de sua identificação biológica e da leitura sociocultural que é feita dessa identificação. Ou seja, mesmo antes de

nosso nascimento já somos, na expressão althusseriana, interpelados pela ideologia, somos desde sempre já-sujeitos reconhecidos num certo lugar da estrutura social, somos desde sempre livres para ocupar esse lugar e cumprir com o papel atribuído a ele. Como diz Pêcheux (1975/2014) “o que está em jogo é a identificação pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem” (p. 108), mas também como mulher, como heterossexual, como LGBT, como trabalhador, como brasileiro, como turista, como Floripa etc., “e como é organizada sua relação com aquilo que o representa” (p. 108).

[...] é preciso que assim seja, para que as coisas sejam o que devem [...]; para que a reprodução das relações de produção seja, nos processos de produção e de circulação, assegurada diariamente, na “consciência”, ou seja, no comportamento dos indivíduos-sujeitos, ocupantes dos postos que a divisão social-técnica do trabalho lhes designa na produção, na exploração, na repressão, na ideologização, na prática científica etc. (Althusser, 2003, p. 104)

O já-dado, portanto, não é um dado empírico ou uma manifestação fenomênica que se dá à vista e através dos quais bastaria defrontar-se para acessar o real, mas o resultado de um processo ideológico de desconhecimento dos mecanismos históricos de sua constituição e de um efeito de saturação dos objetos a partir dos quais nossa relação com o mundo assume uma forma imaginária idealizada, de puro reconhecimento, de evidência: é assim *porque é, porque sempre foi, porque sim, porque eu quero etc.* A ideologia, desse modo, assume a forma de uma estrutura sobredeterminada⁶ tanto pelos meios quanto pelas relações de produção, o modo como os sujeitos representam a relação imaginária que possuem com suas condições reais de existência sem questionar (Pêcheux, & Fuchs, 1969/2014). Ideologia, nesse sentido, funciona como um cimento que vincula a todos à estrutura e à evidência do já-dado, como efeito da necessidade de ocultação desse funcionamento.

Assim, para que o sujeito diga “eu sou Floripa” é preciso, antes, esquecer as múltiplas possibilidades de significar Floripa e de significar a si mesmo. É preciso esquecer ser “a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser [...]”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” (Pêcheux, 1975/2014, p. 146) o que é ser “eu”, “você” e “Floripa”. A materialidade do

⁶ Althusser (1962/2010) defende a noção de contradição sobredeterminada para indicar que a ideia de uma contradição pura, como simples oposição ou negação de algo, ou como efeito de uma determinação econômica pura, é uma ideia vazia. Só há, para Althusser (1962/2010), contradições sobredeterminadas, na medida em que a base econômica é determinante em última instância, mas não a única determinação implicada na estrutura, onde também se localizam as determinações oriundas das superestruturas, de circunstâncias particulares, nacionais e internacionais.

sentido, portanto, funciona oculta pelo efeito de evidência para o sujeito, fazendo com que o sujeito esteja subordinado-assujeitado a uma estrutura sem sabê-lo, sob a forma da autonomia (Pêcheux, 1975/2014). É por meio da interpelação ideológica, portanto, que o sujeito é inscrito no interior de uma determinada estrutura complexa que o domina e de onde ele será autorizado a dizer e ser dito.

3. “NA VIDA REAL A CIDADE SE MOVIMENTA DE OUTRA FORMA”: DA LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELO ESTADO À EMINÊNCIA DE MORTE

Dado o que expusemos, faz-se necessário refletir sobre essa estrutura complexa de nossa sociedade que subjuga a todos. Para isso, tomamos uma segunda sequência do filme, cujo entrevistado chama-se Guilherme e se apresenta como *gay*, negro e bacharel em Direito. Ao ser questionado por seu interlocutor⁷, Guilherme expõe que: “*Florianópolis, é uma cidade que... ela é perigosa no sentido que ela vende uma imagem e... na vida real a cidade se movimenta de outra forma*” (Faisting, 2017, 4:19). Consequentemente, nossa atenção volta-se para a caracterização da cidade como perigosa por causa da contraposição feita por Guilherme entre a imagem vendida pela cidade e o que ele chama de “vida real”. A imagem que é vendida, a vida real e a cidade perigosa se entrelaçam por meio de uma relação “no sentido” que vincula a experiência de Guilherme à questão que lhe é feita.

Essa relação “no sentido” nos remete, por conta de nossa filiação teórica, aos três registros descritos por Jacques Lacan como basilares à constituição psíquica humana: o Real, o Simbólico e o Imaginário (R.S.I.). É preciso confrontar-se com isso quando nos lançamos à reflexão sobre aquilo que se apresenta como realidade para um sujeito. Não se trata de buscar “horizonte de experiências concretas acessíveis à consciência imediata” (Safatle, 2007, p. 74). Realidade e Real são noções distintas. Para ir além dessa evidência, queremos introduzir a noção da tríade psíquica invocada por Lacan para apresentar o inconsciente estruturado como linguagem (Lacan, 1964/1998). Nosso objetivo não é pormenorizar a estrutura lacaniana, mas buscar nela os elementos significantes da experiência subjetiva humana com o mundo ao seu redor (adiantamos na seção anterior que a relação do sujeito com suas condições reais de existência assume a forma imaginária).

Tomamos de empréstimo (e de atalho) a interpretação dada por Vladimir Safatle (2007), para quem o registro do Imaginário refere-se a “um conjunto de imagens ideais que

⁷ As perguntas realizadas aos entrevistados não são expostas.

guiam” (p. 31) nossa relação com outros seres e com o meio a nossa volta. Para além dessa possibilidade, podemos nos aproximar da noção de Imaginário a partir da linguagem, ou seja, a noção de que existe uma relação direta e objetiva entre aquilo que pensamos, falamos e o que o outro recebe e entende. O Imaginário compreende, assim, o campo da alienação, das identificações e da evidência de que os outros são aquilo que somos e que nossa compreensão de uma palavra é também aquilo que o outro compreende por ela. Ao vender uma imagem necessitamos não apenas desconhecer aquilo que somos, mas também nos agarrar à evidência de que o outro é aquilo que pensamos dele, de tal modo que se identifique e realize a ilusão de satisfação de nosso desejo. As consequências disso já tratamos na seção anterior.

Já o registro do Simbólico constitui o que Safatle (2007) interpreta como o “sistema linguístico que estrutura o campo da experiência [social]” (p. 43). Tais estruturas sociolinguísticas determinam não só nossa conduta como também os sentidos, fazendo esquecer que temos primeiramente relações com essa estrutura sobredeterminada e só depois com outros sujeitos (Safatle, 2007). Em outras palavras, o Simbólico pode ser apreendido como um conjunto de “símbolos organizados na linguagem, portanto funcionando a partir da articulação do significante com o significado, que é o equivalente à própria estrutura da linguagem” (Lacan, 2005, p. 23) desprovida de significação em si, mas apenas por meio de sua relação com a totalidade. Lacan (2005) chega a referir o Simbólico como “aquilo em que o sujeito se engaja em uma relação propriamente humana” (p. 34), como a própria experiência do sujeito na ideologia, sua realidade. Realidade que, para Guilherme, no lugar que ocupa, é experienciada como violência.

Para Lacan (2005), o Real representa a escansão temporal sob a forma de identificação do objeto, tanto em sua presença quanto em sua ausência, tornando-o sempre disponível. O Real, assim, apresenta-se tanto como uma totalidade quanto como um instante que se dissipa, ele é da ordem do *non-sens*, aquilo que necessitamos extrair da realidade (Imaginária/Simbólica) para que possamos reconhecê-la como homogênea, harmônica, dotada de sentido e, desse modo, suportar a impossibilidade de realização de nosso desejo primitivo. Ou seja, o Real corresponde ao campo em que ocorrem as “experiências subjetivas que não podem ser adequadamente simbolizadas ou colonizadas por imagens” (Safatle, 2007, p. 74).

E o que essas teorizações acerca da estrutura R.S.I. lacaniana nos permitem dizer da fala de Guilherme sobre uma imagem vendida, uma vida real e uma cidade perigosa quando se refere à Florianópolis? Na medida em que o entrevistado refere sua fala sob marcadores de raça, sexualidade e classe, e que a ideologia é responsável por censurar/regular as

possibilidades de simbolização por meio da linguagem, a imagem de Florianópolis, quando vendida como a realidade da experiência social dos sujeitos LGBT e, portanto, de Guilherme, é abalada pelo registro Simbólico que constitui para ele o limite das determinações que o implicam em um certo lugar e, portanto, constituem as possibilidades de suas relações com o mundo. Ao se defrontar com o Real, aquilo que não pode reconhecer na imagem vendida, portanto sem um sentido evidente, Guilherme não consegue simbolizar senão por meio de uma condensação que toma sua vida “real” pela realidade da própria cidade, metaforizando-as como perigosas. A experiência do Real é a iminência de sua morte, o defrontar-se com ela.

O percurso discursivo empreendido por Guilherme para significar sua vida como perigosa nos remete, imediatamente, a outro trecho de sua fala. Nas cenas finais desta tomada, se arrumando para sair de casa, Guilherme diz: “*A gente sempre leva a identidade. [...] Se a gente for alvejado na rua, pelo menos já tem uma identificação. Ai já dá pra dar um enterro decente*” (Faisting, 2017, 7:07). Dessa sequência seguem relatos de outros entrevistados que sofreram violência e diversas reportagens para apresentar aquilo que ocorre “Depois do Fervo”. Novamente, sob o efeito de transparência da língua, somos conduzidos ao cenário que problematiza não apenas a violência no Brasil como um dado, mas sobretudo as violências que a população LGBT denuncia diariamente. Na fala de Guilherme, no entanto, parece não haver espaço para a evidência do lugar que produz essa violência.

Por isso, somos dirigidos à cadeia significante em torno de violência por meio da palavra “alvejado”, que por estar sob a forma da voz passiva, indica Guilherme como objeto da ação e não o sujeito. Quem ou o que *alveja* Guilherme? Recorremos às possibilidades de sua significação e também a sua origem etimológica. Em Sacconi (1996), a palavra “alvejar” é significada como “*v.t.d.* 1. Branquear. 2. Acertar tiro em. || *v.i.* 3. Ficar alvo. 4. Começar a luzir” (p. 35). Infere-se, pois, que o termo empregado possui duas possibilidades de significação: ser branqueado ou ser acertado por um tiro. No contexto exposto, é provável que Guilherme tenha buscado o segundo, ainda que pela consideração de sua tomada de posição como negro, o primeiro também o vincula ao significante violência.

Segundo Neves (2012), alvejar possui como raiz etimológica a palavra *album*, oriunda do Latim, e nessa origem encontram-se ambas as significações possíveis dadas pelo dicionário anterior:

[...] cor branca (donde, também, a palavra alvo). Mas *album*, o branco, simplesmente, era a designação de um quadro, uma tábua branqueada a gesso ou alvaiade que os romanos fixavam na praça pública, o Campo de Marte, e na qual, em letras pretas, se escreviam as decisões dos vários sectores do governo (daí, igualmente, *alvo* como local a que se aponta). Assim se davam a conhecer os decretos, as resoluções régias, os acórdãos, etc. Havia o álbum dos pretores (*album pretoris*), dos senadores (*album senatorum*), dos pontífices (*album pontificis*), etc. Se um particular quisesse dar a conhecer aos seus concidadãos qualquer informação escrevê-la-ia, obrigatoriamente, numa tabula de outra cor. (Neves, 2012, n.p.)

Sob o efeito de transparência daquilo que diz, Guilherme denuncia aquilo que não está autorizado a dizer: a mão que aperta o gatilho e dispara o projétil em sua direção não se trata da mão de um particular qualquer, mas da mão do Estado. Alvejar, com isso, é tonalizado por outras nuances do dizer, não apenas por “acertar o tiro em” (Sacconi, 1996, p. 35), mas por aquilo que determina o sujeito no centro do alvo a que se destina o tiro. Como violência, aqui, não buscamos a dicotomização entre violência física e simbólica, mas corroboramos o que propõe Žižek (1996) sobre a violência como “a própria base da relação de dominação” (p. 13) de nosso sistema econômico, político e social.

É necessário, portanto, problematizar as determinações que implicam os diferentes lugares que ocupam sujeitos na estrutura de uma formação social, mas, mais especificamente, o que determina lugares ocupados por sujeitos LGBT na estrutura da formação social capitalista. Problematizar o motivo pelo qual, por exemplo, a população LGBT é impedida quando se trata de acesso a políticas públicas e a diferentes tipos de direitos, como o próprio direito a não ser alvejada, mas reconhecida quando se trata de potencial demanda consumidora. Ou seja, é preciso pensar sobre a estrutura de nossa formação social e o papel que desempenha cada elemento que a constitui, o que faremos na próxima seção deste texto.

4. TENSIONAMENTO ENTRE ESTADO, MERCADO E TURISMO

Propomos, como teoria para pensar a estrutura e o papel dos elementos que constituem nossa formação social, aquilo que propõe Althusser (2014) como Aparelhos de Estado. Para o autor, “toda formação social é resultado de um modo de produção⁸ dominante” (Althusser, 2003, p. 54) que ao mesmo tempo em que produz, e para produzir, necessita reproduzir as condições de sua produção. Essa reprodução recai, então, sobre a reprodução de suas forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) e a reprodução das relações de produção (relações de dominação/exploração de uma classe sobre a outra no modo de produção

⁸ Para Althusser (1999), modo de produção é entendido como “a unidade entre o que Marx chama, por um lado, de Forças Produtivas e, por outro, de Relações de Produção” (p. 43).

dominante). A instância das relações de produção é determinante no interior do modo de produção, sem a qual as forças produtivas não possuem as condições necessárias de seu funcionamento. Seriam, pois, as relações de produção as responsáveis por determinar, sob formas específicas, as relações sociais. A reprodução das relações de produção necessita, assim, de uma estrutura que lhe garanta o exercício do poder de Estado não apenas pela repressão, mas também pela ideologia.

Por considerar o Estado como uma realidade mais complexa do que a tradicionalmente abordada no marxismo de sua época, Althusser (2014) propõe que o pensemos a partir da distinção de três dimensões constitutivas: o poder de Estado, o aparelho (repressivo) de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado. O poder de Estado representa o alvo de toda luta política: sua detenção (tomada e conservação) por uma classe (ou uma aliança, ou uma fração de classes) com a finalidade de utilização dos aparelhos de Estado em função de seus objetivos de classe. O aparelho (repressivo) de Estado compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões etc., cujo funcionamento dá-se pela violência (em suas distintas manifestações). Por Aparelhos Ideológicos de Estado, considera um certo número de realidades que se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas (o sistema de diferentes igrejas, o sistema de diferentes escolas, a família, o jurídico, cultural, sindical, os meios de comunicação etc.). O exercício do poder de Estado dá-se, então, ora pela violência, ora pela ideologia. Essas realidades nunca se dissociam, ainda que suas relações não sejam as mesmas.

Podemos retomar, com isso, a fala de Guilherme, cuja filiação significativa havia nos remetido a preocupação em ser alvejado. Entende-se, agora, por meio da composição da estrutura do Estado e de sua função, que a violência causadora de preocupação em Guilherme está para além do que comumente se entende pelo termo, mas vai ao encontro da referência que fizemos com Žižek (1996). Sobre isso, pode-se exemplificar com distintas situações enfrentadas por LGBT no Brasil. Segundo dados produzidos por movimentos sociais LGBT, bem como por instituições e organizações de Direitos Humanos, entre os países que fazem esse levantamento, o Brasil é aquele que mais mata a população LGBT do mundo (Oliveira, & Mott, 2020).

Soma-se a isso o fato de que o preconceito e a violência contra a população LGBT não são criminalizados por meio de legislação própria no Brasil. O Projeto de Lei Complementar nº. 122/2006, cuja proposta era essa e equiparava as formas de preconceito e violência contra LGBT ao crime de racismo (Brasil, 2006), foi arquivado pelo Congresso Nacional após

superar o período máximo de tramitação. Apenas em 2019 o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação contra a morosidade do Congresso Nacional em legislar sobre o tema e pela ausência de medidas do poder executivo em garantir a dignidade da população LGBT, deu interpretação às práticas de violência contra LGBT conforme a lei que tipifica o crime de racismo até que o restante dos poderes cumpra com seu papel (Brasil, 2019b). A manutenção da violência, vê-se, está para além das formas individuais que assume, mas pela forma estrutural e estruturante do conjunto dos aparelhos de Estado. O aumento significativo de grupos religiosos e conservadores sobre legislaturas no Congresso Nacional e sua atuação deliberada contra os direitos da população LGBT é o exemplo mais enfático da relação entre as dimensões constitutivas do Estado e da produção das violências que aprisionam os sujeitos LGBT a uma posição de vulnerabilidade no país.

O entrevistado Guilherme encerra sua participação no documentário afirmando que

A única política pública que existe para a população LGBT, é a do turismo. E é interessante pensar nisso [...] que é uma política pública que [...] já dá o tom de como eles querem [...] a conversa conosco, né. Se tu tem dinheiro, muito que bem, viva, vai, viva tua vida, pague teus impostos, é isso aí. Se tu não tem, se tu precisa do Estado pra isso... não (Faisting, 2017, 33:09).

É Guilherme, portanto, que nos apresenta a relação entre a ausência de políticas públicas que o protejam de ser alvejado e a existência de políticas públicas LGBT interpretadas por ele como exclusivas ao turismo. Da perspectiva que temos exposto e em razão da noção de violência proposta, essa contradição entre a ausência/existência de políticas públicas LGBT apresenta-se sobredeterminada. Uma não é oposta/excludente da outra, mas parte de um mesmo problema. Ao mesmo tempo em que o Estado cria mecanismos de repressão dessa sexualidade estigmatizada, também autoriza a experiência dessa sexualidade em locais onde a população LGBT pode consumir, se divertir, ter relações sexuais, viajar etc.

Um exemplo disso se dá a partir da criação, em 2005, da Associação dos Empreendedores Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes de Santa Catarina (AEGLBTS/SC) e da atenção midiática, em 2006, à cidade como destino *gay friendly*, anunciando a I Parada da Diversidade de Florianópolis. Também acontece, em 2012, a aprovação do I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – PMLGBT de Florianópolis, que descreve como “a construção de uma Cultura de Direitos Humanos em Florianópolis está em expansão e é efervescente” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2012, n.p.). No Brasil os Planos Municipais são guias para ações pontuais em áreas/temáticas específicas, onde o ente

federativo local assume a responsabilidade e o compromisso social de responder às demandas da população. A retórica de atenção, respeito e cidadania à população LGBT, presente no texto do I Plano, continuou a ser trabalhada no II Plano, atualmente vigente, com amparo direto ao apelo positivo à economia a partir da oportunidade de negócios. A legislação vem acompanhada de campanhas publicitárias da Secretaria de Turismo para o combate da sazonalidade turística, visando esse público como oportunidade mercadológica (Queiroz, 2014).

Quando o PMLGBT descreve a construção de uma “Cultura de Direitos Humanos em Florianópolis” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2012, n.p.), nos remetemos à fala de Guilherme, afirmando que “a única política pública que existe para a população LGBT, é a do turismo” (Faisting, 2017, 33:09). Na realidade a política pública LGBT na cidade de Florianópolis é composta por sete eixos, que abordam as áreas da saúde; previdência social, trabalho e emprego; educação; segurança; comunicação; assistência social; e, finalmente, turismo, cultura e esporte (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015). Ainda assim, as entrevistas do documentário trazem, em sua maioria, situações de LGBTfobia e também constantes notícias veiculadas na mídia nacional e internacional que escancaram o viver discriminatório imposto à população LGBT na cidade. Ainda que a política pública LGBT da cidade de Florianópolis abarque diversos aspectos no que tange a atenção a essa população, a efetiva ação do instrumento não atende de forma igualitária a todos - o que fica explícito nos relatos apresentados no documentário.

A legitimação dos interesses do mercado e a repressão da população LGBT estão intimamente ligadas ao que Sloterdijk (2012) chama de razão cínica, ou seja, ainda que o funcionamento ideológico de suas estruturas seja perverso, o Estado apresenta-se como *gay friendly*, como “a própria moral posta a serviço da imoralidade” (Zizek, 1996, p. 313). A consequência desse funcionamento ideológico para o sujeito é a apreensão da violência de Estado na forma da contradição ausência/existência de políticas públicas. A iminência da morte está sempre onde não pode ser dita, uma artimanha de regulação da morte quando o sujeito não ocupa o lugar que lhe é atribuído, seja no consumo ou fora dele.

Não poderíamos também desconsiderar as declarações públicas do presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Além da supressão das referências à população LGBT no Plano Nacional de Turismo 2018-2022, que mencionamos no início deste texto, o presidente também constantemente dá declarações à mídia, bem como explicita em suas redes sociais, suas opiniões pessoais de caráter homofóbico. Em uma dessas declarações, Jair Bolsonaro

afirmou que “o Brasil não pode ser o país do turismo gay” porque “temos famílias” (Matais, 2019, n.p.). Ainda que saibamos que declarações de figuras públicas não sejam, necessariamente, elementos de mudança/transformação de políticas e realidades sociais, bem como o presidente não seja responsável por criar formas de agir e pensar e também que a fala dele faça referência exclusiva ao turismo, ao ocupar a posição de chefe de Estado, acaba por institucionalizar a violência contra a população LGBT, quer seja residente ou turista. Ao estabelecer uma oposição entre a orientação sexual e a noção de família, Jair Bolsonaro expõe sua filiação significativa à noção conservadora, religiosa e moralizante de sexualidade e de família. Ao mesmo tempo, reforça estereótipos, preconceitos e violências que permeiam toda a vida da população LGBT, indicando que esses sujeitos não pertencem aos padrões socialmente estabelecidos pelo lugar que ocupam. Essa fala, uma entre as constantes declarações do presidente à comunidade LGBT, denota que a distância entre políticas públicas, incluídas aí as de turismo, e a “vida real” enunciada por Guilherme, é abissal. Distância para a qual chamamos a atenção neste trabalho e sobre a qual defendemos a importância da reflexão.

5. À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: TENSIONAMENTOS ENTRE ESTADO, MERCADO E TURISMO

De forma a retomar os pontos que apresentamos neste texto, propomos nesta seção uma tentativa de sintetizar nossas reflexões e nos orientarmos à formulação de algumas considerações finais. Partimos da compreensão de que o turismo se apresenta como uma importante atividade econômica por meio de estatísticas bem-sucedidas e supõe uma ética, representada em seu Código Mundial, que orienta um discurso a seu respeito. No entanto, é possível vislumbrar conflitos a esse discurso. Embasamos tal afirmação pela existência de práticas acadêmicas e de mercado que, ao tentarem promover a inclusão LGBT pelo consumo do turismo, acabam por não reconhecer as múltiplas possibilidades de existência dessa população e criam um estereótipo homogeneizador de sua diversidade.

Em razão desses conflitos, tomamos como objeto o documentário “Depois do fervo” (Faisting, 2017), que problematiza a cidade de Florianópolis/SC como um destino turístico *gay friendly* a partir de relatos de LGBT residentes. Por meio da relação entre nosso objeto de análise, nossas filiações teóricas e das reflexões acerca das contradições inerentes ao processo de produção do turismo, questionamos se *seria possível problematizar relações entre*

reprodução ideológica e produção de violência no/pelo turismo, pela análise dos efeitos de sentidos produzidos a partir do documentário “Depois do Fervo”?

Em busca de uma aproximação a essa questão, em nossa análise discutimos, através das orientações teóricas do dispositivo da Análise do Discurso, que a interpelação ideológica dos sujeitos os subordina desde sempre à estrutura de nossa formação social. Sem sabê-lo, sob a forma da autonomia daquilo que dizem, os sujeitos são presos a um efeito de evidências que os inscreve no interior de um sistema simbólico determinado, de onde eles serão autorizados a dizerem e serem ditos. Por causa disso, em sua construção simbólica e imaginária, o sujeito metaforiza sua realidade como sendo a da cidade. Por meio desta metáfora, o sujeito é afetado pelo modo como a cidade o significa, ou seja, com violência. Na medida em que o sentido atribuído pelo sujeito à sua realidade de existência é simbolizado desse modo, somado à ineficiência de políticas públicas que atendam às demandas da população LGBT residente, surge a contradição entre ausência/existência de políticas públicas exclusivas para o turismo.

Na medida em que a cultura brasileira tem sido constantemente tensionada a respeito do papel/da importância das tomadas de decisão públicas e privadas no que se relaciona às demandas da população LGBT, vislumbramos também a necessidade de atualizar o modo como tem-se produzido conhecimento acerca desse grupo de pessoas no turismo. Para além disso, ainda que nossa análise e nossa posição como pesquisadores partam do contexto brasileiro, da cidade de Florianópolis, do documentário "Depois do Fervo" como objeto, também defendemos a necessidade da transformação de práticas homogeneizadoras dessa diversidade e não reconhecedoras das múltiplas demandas históricas, políticas, culturais, etc., dessa população não só no espectro que nos é próximo, mas também naqueles espaços e contextos que aproximam-se da realidade que aqui buscamos problematizar. As contradições que existem em torno do turismo LGBT, não são exclusivas do Brasil. Existem muitos outros lugares reconhecidos como destino *gay friendly* em que se pode observar essas questões.

Essas discussões nos levam a considerar o turismo como instrumento da manutenção da forma e do funcionamento capitalista, como o natural já-dado, como evidência e como ideal, significado como atividade meramente econômica, tido como estratégia e solução imediata à criação de oportunidades mercadológicas e à manutenção do sistema, deixando de ser pensado em sua materialidade e complexidade. Ao intencionar desvincular o turismo LGBT da experiência de vida cotidiana da população LGBT, não se considera o turismo como prática social, que se relaciona às circunstâncias sociais, institucionais, políticas, organizacionais etc., moldado pela e constitutivo da estrutura social.

Na medida em que o Brasil se apresenta como um país LGBT *friendly*, além de produzir um apagamento sobre parte da realidade vivida pela população local, expõe os turistas LGBT ao desconhecimento dela. A reflexão que propomos sobre o turismo LGBT é a impossibilidade de que políticas públicas voltadas a esse tipo de turismo sejam pensadas pelos destinos turísticos sem a consideração das demais políticas necessárias à proteção e promoção dos direitos LGBT, seja em nível local ou global. É preciso que as estratégias de planejamento e gestão do turismo LGBT sejam feitas também com base na oferta e não exclusivamente pela definição de um perfil de demanda. Desse modo, é possível viabilizar com que grupos organizados, movimentos sociais, espaços históricos, políticos e culturais dessa população entrem no circuito do turismo com maior alcance e não apenas pelas possibilidades de práticas sexuais, mesmo que essas vivências sejam também parte daquilo que os LGBT buscam.

Sem a consideração da necessidade de repensar essas práticas, a segmentação do turismo LGBT permanecerá intimamente relacionada às estruturas de reprodução ideológicas dominantes e, conseqüentemente, à produção de violência contra a população LGBT. A participação da população LGBT na construção de uma agenda de políticas públicas de turismo, bem como a participação dos agentes do turismo na construção de uma agenda de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania LGBT, são processos que devem caracterizar-se como complementares. Ambos precisam considerar tanto suas demandas mais contingentes e cotidianas quanto os aspectos que se relacionam com os conflitos que produzem um sobre o outro. Assim, defendemos que o turismo LGBT poderá ir para além da abordagem de benefício econômico local, mas também proporcionar benefícios sociais, políticos e culturais à população LGBT, que não se restrinjam ao uso utilitário da sigla.

REFERÊNCIAS

Althusser, L. (1999). *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Althusser, L. (2003). *Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)* (9th ed.). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.

Althusser, L. (2015). Contradição e Sobredeterminação (notas para uma pesquisa) (Escrito em 1962). In Althusser, Louis. (2015). *Por Marx* (Publicado originalmente em 1965). Campinas, SP: Unicamp.

Angeli, E. A. (1999). Turismo GLS. In Ansarah, M. G. R. (Ed.), *Turismo: Segmentação de mercado*, 183-208. São Paulo, SP: Futura.

- Avena, D. T., & Rossetti, F. (2004). Homossexualidade, consumo, cidadania e hospitalidade. *Caderno Virtual de Turismo*, 4(2), 9-16. Recuperado em 20 nov. 2020 de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/53>.
- Berman, M. (1982). *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Editora Schwarcz: São Paulo.
- Brasil. (2006). Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006*. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Brasília: Senado. Recuperado em 20 nov. 2020 de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>.
- Brasil. (2018). Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em 20 nov. 2020 de <http://www.turismo.gov.br/plano-nacional-do-turismo.html>.
- Brasil. (2019a). Diário Oficial da União. *Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019*. Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2019. Brasília: DOU. Recuperado em 20 nov. 2020 de <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/05/2019&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=113>
- Brasil. (2019b). Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão nº 26/2013*. Brasília. Recuperado em 12 de novembro de 2020 de <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>
- Castro, X. F. (2019). Tornen les pintades contra els turistes al Park Güell. *Tot Barcelona*. Turisme, n. p. Barcelona, Espanha. Recuperado em 05 de junho de 2019 de https://www.totbarcelona.cat/turisme/tornen-les-pintades-contr-els-turistes-al-parkgueell_1934085102.html
- Chiochetta, A. S., Avena, A. T. (2006). Parada Gay de São Paulo: Evento de Compromisso Social ou uma Grande Festa na Avenida Paulista?. *Caderno Virtual de Turismo*, 6(2), 11-18. Recuperado em 20 nov. 2020 de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/116>.
- Coon, D. R. (2012). Sun, Sand, and Citizenship: The Marketing of Gay Tourism. *Journal of Homosexuality*, 59(4), 511-534. DOI: 10.1080/00918369.2012.648883
- Dias, I., Oliveira, B., Lucian, R., Barbosa, M., & Kovacs, É. (2009). Motivações do público homossexual na escolha dos destinos turísticos. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 4(1), 1-20.
- Dicionário Michaelis Online. (2019). *Fervo* (verbeta). São Paulo: Melhoramentos. (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa). Recuperado em 04 nov. 2020 de <https://michaelis.uol.com.br/palavra/jzDB/fervo/>.
- Faisting, M. G. *Depois do fervo*. (2017). Documentário. Trabalho de conclusão de curso, Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016. (42 min). Recuperado em 20 de agosto de 2018 de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180716>

- Fellet, J. (2019). De soja a briga pelo turismo, tensão envolvendo ONGs já dura décadas em Alter do Chão. *BBC News Brasil*. São Paulo, n.p. 28 nov. 2019. Recuperado em 01 de fevereiro de 2020 de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50595981>
- Governo do Estado de Santa Catarina. (2020). *Florianópolis*. Conheça Santa Catarina. Recuperado em 14 de agosto de 2020 de <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/florianopolis>
- Hartal, G., & Sasson-Levy, O. (2018). Re-Reading Homonationalism: An Israeli Spatial Perspective. *Journal of Homosexuality*, 65(10), 1391-1414. DOI: 10.1080/00918369.2017.1375364
- Hattingh, C. & Spencer, J. P. (2020). Homosexual not Homogeneous: A Motivation-Based Typology of Gay Leisure Travelers Holidaying in Cape Town, South Africa, *Journal of Homosexuality*, 67(6), 768-792. DOI: 10.1080/00918369.2018.1555393
- Hunt, E. (2018). Residents in tourism hotspots have had enough. So what's the answer? *The Guardian*. London, England, 17 jul. 2018. Cities, n. p. Recuperado em 28 de maio de 2019 de <https://www.theguardian.com/cities/2018/jul/17/residents-in-tourism-hotspots-have-had-enough-so-whats-the-answer>
- Lacan, J. (1996). *O seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Vol. 11, 2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2005). *Nomes do Pai*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lanzarini, R. (2013). A viagem liberadora: para além das fronteiras sociais da sexualidade. *Revista Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade*. 5(4), 548-558.
- Martoni, R. M. (2019). *Turismo & Capital*. Curitiba: Appris.
- Matais, A. (2019). De Carlos x Mourão à Previdência: veja os temas do café e Bolsonaro com jornalistas. *O Estado de São Paulo* (online). Recuperado em 15 de julho de 2020 de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,de-carlos-x-mourao-a-previdencia-veja-os-temas-do-cafe-de-bolsonaro-com-jornalistas,70002804128>.
- Moreira, M. G., Hallal, D. R. (2017). As Viagens e as Experiências de Fronteira na Transgressão do Armário Gay. *Revista Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade*, 9(1), 133-155. DOI: 10.18226/21789061.v9i1p133
- Moreira, M. G.; Campos, L. J. (2019). O ritual da interpelação ideológica no Turismo LGBT e a impossibilidade do desejo que se desloca. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 13 (2), p. 54-68. DOI: 10.7784/rbtur.v13i2.1542
- Mueren otros dos alpinistas en el Everest y ya son 10 las víctimas esta temporada. *Clarín*. Buenos Aires, Argentina, n.p. 05 mai. 2019. Recuperado em 28 de maio de 2019 de https://www.clarin.com/sociedad/mueren-alpinistas-everest-10-victimastemporada_0_R33baf6Gj.html
- Neves, O. (2012). *Dicionário de Origem das Palavras*. Editora Oficina do Livro, Alfragide, Amadora, Portugal.

Oliveira, J. M. D.; Mott, L. (2020). Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: *Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Salvador, BA: Grupo Gay da Bahia. Recuperado em 20 nov. 2020 de <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>.

Oliveira, L. (2016). Turismo pós-moderno: o segmento LGBTQ no Brasil. *Revista Turismo estudos e práticas*, 5(1), 40-56. Recuperado em 20 nov. 2020 de <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/view/1963/0>.

Oliveira, L. A. (2002). *Turismo para Gays e Lésbicas: Uma viagem reflexiva*. São Paulo, SP: Roca.

Orlandi, E. P. (2010). *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (9th ed.). Campinas, SP: Pontes.

Orlandi, E. P. (2011). A casa e a rua: uma relação política e social. *Educação & Realidade*, 36(3), 693-703. Recuperado em 16 mar. 2020 de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18491>.

Ouriques, H. R. (2015). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. 2.ed. Campinas: Alínea.

Pêcheux, M. (2014a). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In Gadet, F. & Hak, T. (Eds.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, 5 ed., 59-158. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (2014b). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M., & Fuchs, C. (2014). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In Gadet, F. & Hak, T. (Eds.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5 ed., 159-250. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2012). Gabinete do Prefeito. Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres - CMPPM. *I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBTQ*. Florianópolis/SC.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2015). Gabinete do Prefeito. Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPPM. Conselho Municipal dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CMDLGBT. *II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTQ*. Florianópolis/SC.

Queiroz, I. H. L. (2014). A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). *Revista Santa Catarina em História*, 8(2), 1-21. Recuperado em 20 nov. 2020 de <http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/761>.

Riaño, P. A. (2019). Louvre fecha as portas devido a licenças em massa dos funcionários. *El País*. Madrid, 27 maio 2019. Cultura. Recuperado em 28 de maio de 2019 de

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/cultura/1558960816_134141.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&hootPostID=9295654f935efc0beb17%E2%80%A6

Sacconi, L. A. (1996). *Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atual.

Safatle, V. (2007). *Lacan*. São Paulo: Publifolha. (Folha Explica)

Sanches, T. C., Mancini, L. A., & Nascimento, M. A. N. (2011). Turismo GLS e o perfil do seu público consumidor na região norte do Paraná. *Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica*, 13(1), 81-95. DOI: 10.14210/rtva.v13n1

Santos Filho, J. (2005). *Ontologia do turismo: estudo de suas causas primeiras*. Caxias do Sul: Educs.

Sloterdijk, P. (2012). *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade.

Trevisan, J. S. (2006). Turismo e orientação sexual. In Brasil. Ministério do Turismo. *Turismo Social: Diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão* (p. 139-177). Rio de Janeiro: IBAM.

Trigo, L. G. G. Ascensão do prazer na sociedade atual: turismo GLS. In: Netto, A. P.; Ansarah, M. G. R (Org.). *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. 141-163. Barueri: Manole, 2009.

UNWTO. World Tourism Organization. (1999). *Global Code of Ethics for Tourism*. Recuperado em 20 de novembro de 2020 de <https://www.unwto.org/global-code-of-ethics-for-tourism>

UNWTO. World Tourism Organization. (2012). Global Report on LGBT Tourism. *AM Reports*: v. 3. DOI: 10.18111/9789284414581.

UNWTO. (2017). World Tourism Organization and United Nations Development Programme. *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*. UNWTO: Madrid. Recuperado em 20 de novembro de 2020 de <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419401>

UNWTO. World Tourism Organization; United Nations. (2019). *Panorama del turismo internacional*. Madrid, España: OMT. DOI: 10.18111/9789284421237.

UNWTO. World Tourism Organization; United Nations. (2020). *Impact Assessment of the COVID-19 Outbreak on International Tourism*. Recuperado em 22 de julho de 2020 de <https://www.unwto.org/impact-assessment-of-the-covid-19-outbreak-on-internationaltourism>

Žižek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Moreira, M. G., Censon, D. & Campos, L. J. (2023). “Gay friendly pra quem?” Problematizando relações entre reprodução ideológica e produção de violência no turismo LGBT. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 104-126. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n1ID26849>
